

# REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil  
Rotas de Culturas  
Volume I



COIMBRA 1999  
FACULDADE de LETRAS  
da UNIVERSIDADE de COIMBRA  
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

**Revista Portuguesa  
de Historia**

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA  
*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa  
de História

TOMO XXXIII

COIMBRA/1999

## Revista Portuguesa de Historia

### Fundador

Torquato de Sousa Soares

### Comissão Científica

R Avelino de Jesus Costa

Antonio de Oliveira

José M. Amado Mendes

Luís Ferrand de Almeida

Maria Helena da Cruz Coelho

Rui de Ascensão Ferreira Casção

### Comissão Executiva

António Martins da Silva

Fernando Taveira da Fonseca

Maria Margarida Sobral da Silva Neto

Maria Manuel Proença Ferreira de Almeida

### Coordenação Técnica

Maria Manuel Proença Ferreira de Almeida

*A colaboração é solicitada*

Toda a correspondência deve ser dirigida a

*Revista Portuguesa de História*

Instituto de História Económica e Social

Faculdade de Letras

3049 Coimbra Codex

Tel. 239859962 - Fax. 239836733

## O achamento do futuro

*Há quinhentos anos, os portugueses encontraram, pela primeira vez, terra e gentes de Vera Cruz. Não importa se surgiram por acaso, na rota que levavam para Calecut, ou se de propósito se afastaram para fundear e reconhecê-los. O acaso também tem lugar na História, a qual depois crismou os nomes, actuou a seu modo e criou um país imenso a partir da inocência encantadora da recollecção e do uso da pedra.*

*O rei de Portugal, D. Manuel I, chamou-lhe Santa Cruz, ao saber do modo como ficou assinalada a nova terra que a esquadra de Pedro Álvares Cabral encontrou, saída do porto de Lisboa quando o Príncipe Miguel, herdeiro jurado de Portugal, era também herdeiro dos reinos de Hispania.*

*As representações dos homens, que começaram por entender os aborígenes pelo que apeteçidamente desejavam encontrar, chamaram-lhe Brasil. Processo de comunicação que Pero Vaz de Caminha bem anotou ao "certificar o nascimento" de um Mundo Novo, embora tivesse sido afeiçoado depois em moldes tradicionais.*

*Ensinou Santo Agostinho que o tempo se conjuga sempre nos modos do presente, passado e futuro. Recorda a memória, por sua vez, que do passado só se evoca o que é pertinente. E o que importa relembrar do*

*passado em cada presente é sempre a imagem que se tem do futuro, afeiçoada pela geração dominante. O achamento dos homens e das ideias faz-se pelo astrolábio e pela carta de marear dos pilotos de cada navegação, os quais anunciam a rota do futuro, embora Javé seja o seu Senhor (Isaias, 41, 21).*

*Os profetas de hoje, ao proclamarem a globalização, dão novas voltas ao redor do mundo. De novo encontram, forçosamente, o passado a caminho das estrelas do futuro que sonham. Sem passado não há futuro.*

*Passado curto no calendário europeu, comparado com a "história" do passado primigénio do continente americano. Quinhentos anos, no entanto, que fizeram o Brasil de hoje.*

*Ao festejar o primeiro encontro de há cinco séculos, como se fossem apenas calendas de Janus, exorcise-se o que caducou, de modo a afastá-lo do presente, e faça-se renascer um tempo novo, o da tolerância entre todos os homens e, se possível, a inocência encontrada pela admiração do homem, naturalmente o mesmo que depressa conseguia ensinar as aves descuidadas a temerem a sua presença.*

*A cultura é princípio básico da tolerância para com os outros. Por isso elegemos as naus da cultura para navegar e nos encontrarmos. Cultura, simplesmente, sem definição.*

*Confraternalmente, de Além e de Aquém Mar, os abraços uniram-se para cada um, em liberdade e igualdade, achar o futuro que no passado encontrou. Futuros diferentes feitos não apenas de cultura, como se desejou, mas também de navegação, povoamento, comércio e política. Vida feita de vidas. Contribuições de historiadores brasileiros e portugueses que a Revista Portuguesa de História tem o gosto de apresentar, em dois tomos de um volume, associando-se, por este modo, às comemorações do achamento do Brasil pelos portugueses em 22 de Abril de 1500. Ao mesmo tempo, faz votos para que a colaboração desta circunstância se transforme num hábito em busca de um futuro que os historiadores têm obrigação de ajudar a construir.*

**PORTUGAL E BRASIL ROTAS DE CULTURA**





## **O império da historia**

**JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA**  
**Universidade de São Paulo**

Braudel foi o maior historiador do século XX. *As Mélanges en L'honneur de F Braudel* (Privat, 1973) e as *Journées Fernand Braudel* de Châteauevallon (Outubro de 1985) confirmam sua entronização no panteão dos historiadores ainda em vida. A partir de 1949, data da publicação de sua tese *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, no decurso de uma geração, ditou as regras da história, dirigindo os trabalhos da quase totalidade dos historiadores franceses. Acorado na revista *Annales* e na VI seção da *École Pratique des Hautes Études*, instrumentos institucionais de sua afirmação, direcionou as pesquisas, escolheu os pesquisadores, alocou-os em postos universitários, entricheirou-se nas casas editoriais e agências de financiamento, derreou a velha história positivista de Langlois e Seignobos e instalou o poder da nova história, aberta ao diálogo com as demais ciências sociais “repensada e elaborada por nós, mas capaz de transpor as nossas fronteiras; uma história consciente das suas tarefas e responsabilidades, e também desejosa... de por termo às formas antigas, ainda que nem sempre com total justiça”.

O combate pelas novas idéias era sem tréguas, resguardado por um exército de historiadores militantes, Braudel propunha-se a defender a necessária unidade das ciências do homem contra a ameaça permanente de fragmentação do conhecimento. Não sem resistências, que turvaram o horizonte de sua hegemonia intelectual ao longo dos anos 70.

Assim como 1949, 1979 também é uma data emblemática. É data de publicação dos três volumes de *Civilização Material e Capitalismo* na França. O primeiro volume já fora publicado em 1967, na colecção *Destins du Monde*, fundada por Lucien Fèbvre, que solicitara a Braudel um balanço sobre a produção da história económica relativa à Época Moderna. Portanto, depois de sua tese seminal, fruto de longos anos de pesquisa que se estenderam de 1923 a 1939, quando a arquitectura do trabalho e a redacção preliminar estavam aprestadas (mas somente finalizadas durante os cinco anos em que esteve preso em campo de concentração na Alemanha), passaram-se 40 anos. A grande síntese exigiu a reelaboração do primeiro volume e a redacção de dois outros, publicados em conjunto em 1979 e que somente agora é, finalmente, traduzido e publicado entre nós. Nesse ínterim, entre os anos de 1979 e 1981, Braudel encontrou tempo e disposição para brindar a sua segunda paixão, a França, homenageando-a com os três volumes de *L'identité de la France*, publicados *post-mortem*, em 1986, pela Arthaud-Flammarion.

O Mediterrâneo, a França e o Capitalismo, são três de suas finalidades eletivas. Através do movimento histórico do capitalismo, nessa obra, Braudel sintoniza a história do mundo. Trata-se do mesmo Braudel? Aquele do Mediterrâneo e este da Civilização Material e Capitalismo? A contemporaneidade, por ele considerada como a motivação secreta da história, não o teria afetado? Sua arquitetura interpretativa conservava-se intacta? Que nuances teria adquirido por força do movimento da história presente e da produção historiográfica que, por sua própria indução e estímulo, se havia produzido? Estes questionamentos põem

em evidência a indispensabilidade da comparação entre *O Mediterrâneo* e *Civilização Material*, especialmente no que tange ao posicionamento teórico, se quisermos entender a trajetória intelectual de Braudel. O primeiro foi um livro de pesquisa, o segundo de síntese. Christopher Hili, em *History and Theory* (n.º2, 1969), lamenta que o livro seja “unfortunately undocumented”. Discordamos. Trata-se de urna vasta síntese ancorada em textos sustentados por pesquisas originais, a maioria das quais realizada por seus discípulos a partir de suas sugestões. A todos eles, o autor paga tributo no prefácio da 2a. edição de *O Mediterrâneo*, de 1963, onde relaciona mais de uma trintena de historiadores de primeira linhagem sobre cujos trabalhos se apoiou. Esta conduta foi amplificada ao limite na escrita de *Civilização Material*, considerando-se a extensão temporal e a abrangência do tema.

Já em 1976, no prefácio da 3a. edição de *O Mediterrâneo*, Braudel se reconhece modificado, afirmando que a sua visão da sociedade, da economia ou do Estado, já não era exactamente a mesma, remetendo o leitor para os três volumes de *Civilisation matérielle et capitalisme* “recentemente publicado” (de facto, somente o primeiro volume estava publicado). Qual era o continente de *O Mediterrâneo* em relação à *Civilização Material*? Se havia diferenças, onde se localizavam? Se ocorreram, porque assim foi?

Em *O Mediterrâneo* Braudel propunha uma história em planos sobrepostos, na qual distinguiam-se, nitidamente, três tempos: o tempo geográfico, o social e o individual. No primeiro plano, desenrolava-se uma história *quase imóvel*, que privilegiava o homem e o entorno natural, presa das transformações lentas e do eterno recomeçar. Sobre ele Braudel diz que “não quis desprezar essa história, quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas”. No segundo plano, instala-se a história definida por um *ritmo lento*, a história das economias, das sociedades, dos Estados, das civilizações. No terceiro plano, da história

reais, ambas datadas de 4 de Abril de 1502: urna no valor de 13\$000rs e outra no de 30\$000rs e cujo resumo se encontra in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional, [1892], p. 132. Segue-se um recibo, assinado por Cabral, a 10 de Janeiro de 1515, em que se menciona o pagamento de 200\$000rs de tença anual correspondente a 1514 {*Apud* Jaime Cortesão, *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brazil*, p. 83). *Pelo Livro da Matrícula dos moradores da Cassa delRey*, sabe-se, ainda, que, no primeiro quartel de 1518, Pedro Álvares Cabral era cavaleiro do seu Conselho e auferia a pensão mensal de 2\$437rs, ou seja, cerca de 30\$000rs por ano {*Ibidem*, p. 84). Seriam os tais 30\$000rs que já em 1502 recebia?

Em 1520, a viúva de Cabral, D<sup>a</sup> Isabel de Castro, e os filhos António Cabral e Femão Álvares Cabral serão contemplados, respectivamente, com a tença de 30\$000rs e 20\$000rs para cada um, podendo inferir-se que Cabral faleceu por essa altura.

Em resumo: se por estes indicadores não se pode concluir que houve um esquecimento, da parte do rei, dos serviços do descobridor do Brasil, também é manifesto que o descobrimento da Índia e o descobrimento da «Terra de Vera Cruz» tiveram importâncias muito diferentes, quer nos círculos político-culturais da nação portuguesa, quer nas instâncias europeias. O que se compreende, pelas razões anteriormente aduzidas.

Consequentemente, o feito ou os feitos de Pedro Álvares Cabral, ao contrário dos do Gama, não o alcandoraram à centralidade política, muito embora ele mantivesse a sua elevada fidalguia. A propósito, recordemos que o seu terceiro avô, Álvaro Gil Cabral, foi alcaide-mor do castelo da Guarda, no tempo de D. Fernando e do Mestre de Avis, e que a mulher daquele foi neta de D. Rui Vasques Pereira, tio do Condestável. De Álvaro Gil, nasceu Luis Álvaro Cabral, morgado da casa vinculada do pai,

escudeiro-fidalgo de D. João I e vedor do Infante D. Henrique. Foi seu herdeiro Fernão Álvares Cabral, casado com D<sup>a</sup> Teresa de Novais de Andrade (filha de Rui Frei de Andrade, almirante de Portugal), e dos quais nasceu Fernão Cabral, o pai de Pedro Álvares Cabral. Fernão Cabral, fidalgo da casa de D. Afonso V, prestou-lhe assinalados serviços em África e em Castela, tendo exercido, também durante largos anos, o cargo de regedor da justiça das comarcas e correição da Beira e de Riba de Coa. Casou com D<sup>a</sup> Isabel Gouveia, filha de João de Gouveia, alcaide-mor de Castelo Rodrigo e senhor de Almendra, Valhelhas e Castelo Bom.

Pedro Álvares Cabral nasceu em Belmonte, em 1467 ou 1468, e foi moço-fidalgo na corte de D. João II. Pelo casamento, aliou-se a uma das mais ilustres e poderosas famílias da época, ou seja, a esposa D<sup>a</sup> Isabel de Castro era terceira neta dos reis D. Fernando de Portugal e de D. Henrique de Castela, filha de D. Fernando de Noronha e D<sup>a</sup> Constança de Castro e sobrinha de Afonso de Albuquerque. Enfim, descortina-se ter uma ascendência mais fidalga que a do Gama e um elevado relacionamento social.

Contudo, como dissemos, Pedro Álvares Cabral não parece ter fruído da *centralidade* política, apesar da sua fidalguia e dos altos serviços prestados ao rei. Em 1509, Cabral está em Santarém, mais ocupado em alargar as suas propriedades do que envolvido no serviço do rei, ao contrário, portanto, de outros cavaleiros que, pelos seus serviços, acabavam por ser contemplados com apetecíveis mercês e rendas reais. É, pois, neste contexto que se deve interpretar uma carta datada de Calecute, a 2 de Dezembro de 1514, e da autoria de Afonso de Albuquerque, em que confessa a D. Manuel não saber que «descontentamento he este que vosalteza de sua pessoa [dele, Cabral] tem, que asy o temdes lamçado de voso serviço», embora lhe pareça «que a culpa deste feito era sua» [dele, Cabral],

Não se sabe ao certo que motivos terão esfriado as relações entre o monarca e o descobridor do Brasil. Houve, porém, quem alvitrasse que, depois de Cabral ter regressado à Pátria, em 1501, D. Manuel decidiu nomeá-lo capitão-mor de outra armada em que se integraria, além de outros, Vicente Sodré. Cabral, ao conhecer a autonomia que o regimento real conferia a Sodré, não aceitou o cargo. Sentiu-se D. Manuel da desfeita? É possível.

Com efeito, não concordamos com Jaime Cortesão quando afirma que «[...] logo desde o comêço do seu reinado o novo monarca [D. Manuel] contrariou a política de D. João II de abatimento da nobreza» (*A Expedição de Pedro Alvares Cabral...*, pp. 79-80). Em nosso entender, D. Manuel, tentando embora reparar as perseguições e os desfavores de D. João II sobretudo em relação a altos representantes da nobreza de sangue (entre os quais se contou, como se sabe, seu irmão D. Diogo), prosseguiu o trabalho de submeter a nobreza portuguesa à sua vontade real. Dito de outro modo, aproveitando o facto de se manter bem viva na memória da Nação a atitude intransigente de D. João II perante os assomos de um senhorialismo rebelde, D. Manuel, sem repetir os métodos do seu antecessor, não descurou o impulso centralizador. É que, se Portugal pretendia ser, de facto, moderno, não poderia transigir quanto à consolidação do poder real. Por sua vez, perante as exigências da construção do Império Ultramarino, o rei também não podia prescindir do contributo da nobreza, quer fosse *nova*, quer antiga ou de sangue. Mas, havia limites quanto à aceitação dessa colaboração. O braço-de-ferro que estabelecerá com Vasco da Gama é disso exemplo. Concretizando: por alvará de 21 de Março de 1507, D. Manuel determinará que o almirante da índia, membro do seu Conselho e já famoso descobridor da rota do Cabo, retirasse a sua «casa» de Sines (ordenando-lhe mesmo que parasse as obras que ali tinha em curso) e que, um mês depois (no máximo), não entrasse na referida vila ou no

seu termo sem licença do mestre de S. Tiago e de Avis, de quem a vila era. No caso de ele, Gama (ou de alguém de sua família), prevaricar, pagaria 500 cruzados de pena e sujeitar-se-ia ao castigo imposto «aquelles que nam cumprem os mandados de seu rey e senhor».

E o que é que o rei mandava ou exigia a qualquer súbdito por mais famoso que fosse? Segundo contornos definidos por Afonso de Albuquerque na citada carta em que intervém a favor de Pedro Álvares Cabral, captamos esta imagem do rei: «[...] porque a condiçam dos portugueses he criamos vosalteza e nos castigar, fazer mercê e nos chamar e desagrar, e se servir de nós, e nos tirar de nosso arrufos e errados comselhos, como jeralmente cada dia vosalteza faz, por omde tornamos logo a pôr nosas vidas [sob] ho cutello como nosso Rey e senhor verdadeiro, e cada hum se trabalha por vos merecer...» ( *de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, [1884], pp. 353-355).

Acaso Pedro Álvares Cabral corresponderá, com o seu comportamento e a sua conduta, a esta imagem de rei, senhor e pai exigente, a que todos deviam obedecer sempre e que deviam esforçar-se por merecer? Afigura-se-nos que não. Assim, no caso de Pedro Álvares Cabral, apesar dos seus méritos e dos serviços prestados, Albuquerque rogará a D. Manuel: «[...] vos beyjarey as mãos por ele [Cabral]ser chamado de vosalteza, aconselhado e rreprendido, e tornado em vosa graça e serviço, porque he homem que eu sey certo que tem vosalteza comtentamento de sua pesoa e de todalas cousas homrradas que nele há, pera allgúuas necesydades de voso serviço que lhe emcarregardes».

Reprendido acabará por ser, igualmente, Vasco da Gama, quando este, no esforço de obter o título de conde, ameaçar abandonar o Reino. D. Manuel, porém, por uma ordem datada de 17 de Agosto de 1518, determinará que o almirante da índia permaneça até finais do ano em



curso, recomendando-lhe, ainda, que pense bem e se decida a continuar a servir o seu rei, mas se persistir no propósito de se ir «[...] ainda que nos diso muyto pesará nos vos nam impidiremos vosa ida e levada de vosa molher e filhos e de vossa fazenda movei».

Esta luta entre D. Manuel e D. Vasco da Gama, ao nível da centralidade do Poder, é sobretudo representativa, por nem o descobridor do caminho marítimo para a Índia ter escapado ao poder absoluto de D. Manuel, um poder cujo simbolismo será assim descrito por Damião de Góis: «Assinava elRei tres vezes, e algũa mais na somana em publico, e aho assinar stavam ho scrivam da puridade, e hos -eadores da fazenda [altos oficiais] em geolhos dambalas bandas da sua cadeira, e hos scrivões da fazenda, e camara em geolhos aho redor da mesa em que assinava» (*Chronica do Felicissimo Rei D. Manuel* Parte IV, p. 201).

O que é que permitiu tanto a D. João II, como a D. Manuel, afirmarem, ainda que sob formas diferentes, o seu absolutismo? Fundamentalmente, é nossa convicção, o terem começado a dispor de uma tecnoestrutura mercantil, financeira e militar bastante autónoma, de dimensões apreciáveis e a funcionar com carácter regular. Sumariamente, recordemos que, além do recurso à fortaleza (um equipamento militar susceptível de funcionar com pouca gente e muito dominador em relação aos «outros»), será, sobretudo a artilharia (de estância, encarretada e embarcada), a par dos progressos verificados nas armas pirobalísticas individuais (primeiro a espingarda, depois o arcabuz e o mosquete), que concorrerá para conferir aos portugueses superioridade tecnológica. Ora, tais progressos permitiam prescindir da nobreza tradicional e tomaram-se mais nítidos a partir do reinado de D. João II, podendo lembrar-se, a propósito, a seguinte informação aduzida por Garcia de Resende: estando D. João II em Setúbal, «com muitos esprimentos que fez achou e ordenou em pequenas caravellas andarem muyto grandes bombardas e tirem tam rasteiras que hiam tocando na agoa». Por sua

vez, o símbolo da modernização da tecnologia militar alcançada no seu reinado será «huma nao de mil toneis, a mais forte, e melhor acabada, e a mayor que nunca ate entam fora vista, de tam grossa, forte, e basta liança, e tam grosso tavoado que a artelharia a não podia passar, e tinha tantas bombardas grossas, e outras artelharias, que foy muyto fallado nella em muytas partes» (*Crónica de dom João II*, pp. 24 e 255). Esta nau quase não navegava; ancorada no Tejo, proclamava porém o poderio político e económico de um rei e de um reino fortemente empenhados nos Descobrimientos e na Expansão ultramarina.

Por sua vez, a organização mercantil e a respectiva tecnoestrutura económico-financeira ultramarina concorrerão, sobremaneira, a partir do momento em que o Príncipe D. João, futuro D. João II, se encarregar dos negócios do Estado (1474), para tornar o poder real menos dependente de uma arrecadação do tipo senhorial. Recordemos, quase ao acaso: que, a partir de 1472, o açúcar da Madeira vai directamente para a Flandres e o Estado alia-se, como lembrará Vitorino Magalhães Godinho, a poderosos grupos capitalistas; que, pouco depois, é o arranque do comércio dos cereais e do pastel dos Açores; que, quando em 1481 D. João II assumir o trono, chamará a si o monopólio dos produtos principais da feitoria de Arguim, mas que será, entretanto, a Mina que se afirmará como excelente fonte de rendimentos para a Coroa/Estado, pelo menos a partir de 1475...

É de crer, pois, que a eliminação do Duque de Bragança em 1483 e do Duque de Viseu no ano seguinte, além da perseguição movida por D. João II a outros representantes da alta nobreza tradicional, esteja relacionada com a autonomia económico-financeira e militar obtida pela realza.

Apartir de D. João II, como se disse, alteram-se os métodos, alargam-se as vias (com destaque para a rota do Cabo) e robustecem-se consideravelmente os réditos da Fazenda real. A propósito, esclareça-

-se que não era so a iniciativa oficial a afirmar-se; também os particulares (reinéis e estrangeiros) pressionavam a Coroa/Estado a encontrar outros mercados ultramarinos. Por tal, a Nação (entenda-se os grupos influentes ao nível do Poder Central) como que exigirá o comércio das especiarias e drogas orientais e, naturalmente, rejubilará com outra oportunidade comercial - a das tintas do Brasil, enquanto a Coroa/Estado disporá de mais uma fonte de rendimentos, susceptível de robustecer, politicamente, o poder real, um poder (recorde-se) cada vez mais interessado em defender o bem comum e em aplicar leis gerais.

4. Um dos muitos aspectos culturais a que a *Carta de Caminha* dá relevo é a constatação de que os índios tingiam os seus corpos (sobretudo de tinta vermelha), e que a água (quando eles nela se metiam) «não comia a tintura nem a desfazia, antes quando saíafm] da água, parecia mais vermelha». Terá sido esta observação que levou, quase de imediato, os actores particulares e a instituição gestora da «Terra de Vera Cruz» a explorarem e a exportarem as tintas, particularmente o pau brasil?

O trabalho do corte e do transporte do brasil até às embarcações estava perfeitamente ao alcance dos índios. Já na *Carta de Caminha* se refere que os aborígenes ajudaram os descobridores «a acarretar lenha e a meter nos bateis» e que cortavam a madeira «com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas».

Ora, a darmos crédito a Damião de Góis, no ano de 1503, D. Manuel I «mandou Gõçalo Coelho com seis naos a terra de Sancta Cruz, cõ que partio do porto de Lisboa ahos dez dias do mes de Junho, das quaes por ainda terem pouca noticia da terra, perdeu quatro, e has outras duas trouxe aho Regno, com mercadorias da terra, que entam nam eram outras, que pao vermelho, a que chamão Brasil, bogios e papagaios»

{*Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte I, Cap. LXV, p. 145).

Em começos do segundo quartel de Quinhentos, o pau brasil tem cotação nas praças de Flandres, mas está longe de atingir o valor de outras drogas e especiarias. Para mais, os espanhóis passaram a trazer da América Central grandes quantidades de brasil, o qual concorria com o da «Terra de Vera Cruz». Ora, a esta concorrência feita por outro espaço com o mesmo uso económico, ou com um recurso comum, veio juntar-le a realizada por outros actores estrangeiros (sobretudo piratas e corsários franceses) que, deste modo, ameaçavam a gestão monopolista do rei de Portugal no que concerne à comercialização do pau brasil. É, aliás, D. João III quem, para uso das nossas diplomacia e política externa, determina que se argumente que o que confere algum valor de troca a este produto tintorial é precisamente a prática do estanco ou do monopólio a favor da Coroa de Portugal: «[...] e do Brazil outro tanto, que em toda aquella costa tenho defezo a meus vassallos, que não traga[m] nem hum pao sem minha licença de que me pagão direitos aquelles a que [a] a dou para o trazerem; e se isto não fora elle não valeria nada em França, nem em Portugal [...]». E perguntava, logicamente, «[...] como será razam que os Francezes o vão colher defendendo-o eu a meus vassallos, e que me tomem o meu e eu perca todo este proveito [...]». (cf. *Instruções para D. Francisco de Noronha*, embaixador nomeado para França, Novembro de 1540, B.N.L., cód. 886, fól. 486).

Comentemos: os múltiplos usos de um recurso natural quando interessam a actores diferentes já são susceptíveis de gerarem situações de conflito; tratando-se de um com um só uso, é óbvio que a cascata de conflitos entre actores concorrenciais irrompe com mais facilidade e com mais intensidade. Assim, sob esta última perspectiva e no caso concreto do Brasil, D. João III teve que pagar caro, mesmo financeiramente, o defeso do comércio do pau tintorial.

Com particular incidência nos anos 30 e 40 da era de Quinhentos, a pirataria francesa obrigará D. João III a organizar armadas para, em particular, defender o Brasil e a Costa da Malagueta. Apenas dois exemplos: em 1532, chegará a dar poderes a Duarte Coelho para erguer fortalezas na Costa da Malagueta e, no ano seguinte, Martim Afonso de Sousa correrá a costa do Brasil, acabando por, além do mais, tomar aos franceses uma fortaleza por eles erguida em Pernambuco.

Assim, em 1542, o vedor da Fazenda de D. João III, o Conde da Castanheira, resumirá deste modo os resultados da política joanina referente aos dois espaços ultramarinos em causa: «O trato da Malagueta he devasso de vinte e oito e [ou] vinte e nove annos a esta parte e porque as dividas e occupações de Vossa Alteza forão crescendo, se não tratou mais disso». Por sua vez, «no Brasil tem Vossa Alteza gastado muyto dinheiro, e começou a gastar no anno de 1530. Misteryo foy grande fazer-se a primeira despesa a fim de cousa que o não merecia [sublinhe-se], e seguir-se delia descarregarem-se daquella terra os francezes, que já nella se começavão a prantar e lançar raizes» (De uma carta do Conde, in *Annaes de Elrei Dom João Terceiro*, por Fr. Luiz de Sousa, publicados por A. Herculano, Lisboa, Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1844, pp. 456-459).

Esclareça-se que, de um registo de *Despezas extraordinárias, que se fizeram nos negocios abaixo declarados, que succederão depois que Elrey D. João o 3º e nosso senhor reinou* (B.N.L., cód. 886, fois 715 e segs.), mas só até ao ano de 1544, constam as seguintes notas: «O Brazil nam somente nam rende ao anno athegora, o que sohia a render, mas tem custado a defendelo - mais de 60 000 cruzados»; «A Malagueta nam tem rendido do dito a esta parte a 5ª parte do que ao tempo atraz rendia, e tem custado a defender - 800 000 cruzados».

Para se ter uma ordem relativa da grandeza destes números, além de poderem ser directamente cotejados, retenha-se que só com a terceira e

última armada comandada por Vasco da Gama, em 1524, «[...] se despenderião nella 200 000 cruzados alem do que se poderá gastar com a Armada ordinaria». Só que o Brasil não gerava, então, em termos reais, qualquer cifra que se pudesse comparar com a riqueza proveniente do «Estado da índia», e nem sequer com a da Costa da Malagueta (em 1537, por exemplo, o quintal da malagueta ainda é vendido a 12 cruzados). Mas, potencialmente, o Brasil continuava a valer muito para D. João III, ainda que Duarte Coelho, por carta de 22 de Março de 1548, lhe pudesse, aparentemente, reparar: «Nam tenha V. A. em tam pouco estas terras do Brasill em especiall esta Nova Lusytanea [capitania de Pernambuco], como mostra ter em pouco pois nam provê nem me responde ás cartas e avysos que á tres anos e que per tres ou quatro vyas lhe tenho espirito mostra que tem, pois a yso nam aqude [...]» (in *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, p. 316).

Não respondia D. João III a Duarte Coelho, mas não deixava, mesmo quando então o pau pouco valia, de proclamar nas instâncias internacionais que os limites do seu Império integravam o Brasil e que o direito de conquista (próprio dos monarcas medievais) se estendia, agora, ao direito das terras e mares descobertos. Concretizando: por volta de 1535, depois de ouvido o parecer dos seus cosmógrafos, defenderá com determinação que corsários e piratas «[...] nam irám a Costa de Guiné, que começa do Cabo de Bojador por diante, nem a Costa do Brazil, começando do Rio do Parcél em diante, o qual Rio jáz do Maranhão para a banda do Norte 260 legoas nem aos mares da navegaçam da India das ditas partes para o Sul, nem Oriente, nem por nenhuma outra parte poderam entrar de 300 legoas alem de Maluco para dentro contra as partes da India para os Mares, e navegaçam destas partes acima dittas para dentro, que fôrão descobertas pelos Portuguezes por mandado de Elrey de Portugal» (B.N.L., cód. 886, fois, 375-376).

Se a saudade que se manifesta em Silva Correia pode ser classificada como gastronómica, do outro lado do continente africano vamos encontrar Francisco de Lacerda e Almeida acometido de urna saudade, digamos, paisagística. São algumas semelhanças panorâmicas entre a América e a África que chamam os seus comentários sobre o Brasil.

A beleza do dia que sucedeu ao tenebroso de ontem, a largura do rio que corre represado entre margens de 4 a 5 braças de altura e a inumerável quantidade de patos, marrecas, gansos, garças e outras aves que estavam aos bandos sobre as ilhas, que pela variedade e beleza das cores e das plumas alegravam os olhos, me fizeram recordar com saudades de outros semelhantes dias que passei nos vastíssimos sertões do Brasil, com total esquecimento dos grandes incómodos que consigo trazem semelhantes viagens<sup>23</sup>.

O delta do Zambeze, com seu emaranhado de canais, é descrito à partir das semelhanças com o do Amazonas. “Para sair-se ao Amazonas partindo da cidade do Pará, é necessário atravessar o rio Mojú, Capim e Tocantins passando de uns para os outros por canais de comunicação que fazem um labirinto de ilhas”<sup>24</sup>. Aos olhos do viajante, a paisagem moçambicana apequena-se diante da brasileira.

Todos acham esta passagem dificultosíssima, pois ainda não viram coisa pior neste gênero; mas eu, que nos rios Madeira, Mamoré, Taquari, Coxim, Pardo e Tietê passei mais de cento e cinqüenta medonhas cachoeiras, vejo que estas não são mais do que fracas sombras daquelas<sup>25</sup>.

Mais uma vez, a África aparece como um Brasil imperfeito. Lacerda e Almeida anota que os balões moçambicanos, canoas escavadas em um

<sup>23</sup> Almeida, Francisco José de Lacerda e, *Diário da viagem de Moçambique para os Rios de Senna*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p.12.

<sup>24</sup> Almeida, pp.8-9.

<sup>25</sup> Almeida, pp.26-7.

único tronco de madeira, lembram as brasileiras. No entanto, os balões “somente servem para a condução de passageiros e de cousas que não padeçam avaria, pois não têm as comodidades das canoas do Pará que servem também para carga. Com pouco trabalho podiam servir para tudo, como já disse e fiz ver a seus possuidores”<sup>26</sup>.

Por motivos óbvios, essa insistência nas comparações é pouco acentuada naqueles brasileiros que, no mesmo período, deixaram relatos sobre o próprio Brasil. Os textos do naturalista Manuel Arruda Câmara, são vazios desses paralelos. Todavia, em seus relatos, escreve Paranambuc ou Piau-yg em vez de Pernambuco ou Piauí<sup>27</sup>. Alguns autores consideram tal peculiaridade como manifestação de um espírito nativista. Contudo, é bastante provável que nada mais seja do que um artifício empregado por um homem de letras para demonstrar conhecimentos. Não deixa, no entanto, de ser estranho este reforço das línguas índio-americanas quando, desde Pombal, havia uma política de suprimi-las, por serem consideradas bárbaras.

Alexandre Rodrigues Ferreira fornece um interessante contraponto aos brasileiros na África, uma vez que o objeto de suas descrições é a Capitania do Rio Negro, parte integrante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que, para efeitos oficiais, não era Brasil. Todavia, poucas vezes estabelece uma relação de alteridade com a região, que o incite a falar do Brasil. Quando quer denominar a América portuguesa como um todo, refere-se às Capitanias da América. Para indicar aquilo que oficialmente é o Estado do Brasil, percebe-se que enfrenta uma certa dificuldade terminológica. A solução encontrada é referir-se, literalmente, a um “outro Brasil”. Vale-se deste recurso para introduzir comparações

<sup>26</sup> Almeida, p.8.

<sup>27</sup> Mello, José Antônio G. de (Org.), *Manuel Arruda da Câmara. Obras reunidas*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1972.



que sempre utilizam como contraponto concreto a sua Bahia ou Pernambuco e não um Brasil em abstrato.

Ferreira apoiava a cultura da piaçaba, dada a utilidade da palmeira em outras regiões do Brasil. “Muito lha tenho recomendado e tenho razão para isso. Os massames que se fazem dela em Pernambuco e na Bahia servem para as lanchas, sumacas e corvetas, assim como aqui podem servir para as canoas”<sup>28</sup>. Em relação ao plantio da mandioca, elogia um colono pelo “uso das covas, como no outro Brasil”<sup>29</sup>. Nas poucas vezes em que ocorrem, essas referências trazem as mesmas marcas discursivas encontradas na fala dos brasileiros que estavam na África. O Brasil, e não Portugal, era a medida de referência e o projeto explicitado em relação às outras colônias portuguesas.

### **O nativo e o colono**

Atualmente, vivemos um certo modismo historiográfico mundial de revalorização dos viajantes e livros de viagens dos séculos XVIII e XIX. No Brasil, alguns autores costumam encarar as frequentes comparações da paisagem brasileira com a européia, que aparecem nas descrições dos viajantes provenientes da Europa, como uma demonstração de ‘imperialismo’. Sejam as representações iconográficas, em que o retratado é submetido a cânones antropomórficos europeus, seja nos relatos escritos, o recurso comparativo é encarado como uma negação da realidade observada.

Outro viés historiográfico considera que os viajantes europeus oitocentistas e novecentistas nos ensinaram a vermos a nós mesmos. Nesse sentido, eles seriam os ‘instituidores’ do Brasil. Inversamente,

<sup>28</sup> Ferreira, RIHGB, v.48, t.70, 1885, p.202.

<sup>29</sup> Ferreira, RIHGB, v.48, t.70, 1885, p.199.

alguns teóricos europeus, principalmente antropólogos, insistem que esses mesmos viajantes, ao relatarem o ‘outro’, falavam do ‘mesmo’, a cultura ocidental. Ao invés de nos envolvermos nesta polêmica, que talvez seja apenas um jogo de palavras, vejamos quem ocupa o papel da alteridade nos relatos dos viajantes brasileiros na África.

Posta a questão, o que primeiro chama atenção é a raridade da presença do ‘nativo’ enquanto tal, o que impede que chamemos a esses relatos de etnográficos. Salvo raríssimas exceções, o nativo aparece apenas na relação com ou em relação às sociedades luso-angolana e luso-moçambicana.

Entre esses brasileiros, apenas Francisco de Lacerda e Almeida demonstra algum pendor etnográfico. Tanto mais surpreendente, pois dele não era de se esperar, uma vez que sua formação é em matemática e astronomia. Já nos relatos de sua participação na equipe de demarcação das fronteiras luso-espanholas ele demonstra curiosidade pela cultura indígena. Referindo-se ao costume de colocar alimentos sobre a sepultura dos mortos, ele não se atém à simples descrição e tenta apreender o fenômeno nos quadros de uma teoria do difusionismo cultural. Mesmo não sendo um naturalista, os seus comentários indicam que ele tem alguma leitura dos exploradores-viajantes seus contemporâneos. Muito provavelmente conhece os relatos de Bougainville, publicados em 1771.

Este mesmo costume se observou entre os demais colonos daquele vasto continente nos princípios do seu descobrimento; e a sua generalidade nos deve admirar por estender-se às mesmas ilhas do mar Pacífico, descobertas há perto de trinta anos, visto não se poder certificar, sem temeridade, que tiveram com os da América alguma comunicação<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> Almeida, “Memória a respeito dos rios Baures”, RHIGB, v.12, 1874, 2.<sup>a</sup> ed, p. 116.

Em sua viagem a Moçambique, Lacerda e Almeida não se mostra exatamente um apreciador dos costumes africanos mas está sempre disposto a descrevê-los. A musicalidade dos africanos, chamou-lhe, particularmente, a atenção: “Um ramo, uma palha, um pau, lança, flecha e qualquer outra bagatela serve de meio termo para dança, e devo ter que eles manejam essas coisas com muita destreza, arte e galanteria”. No entanto, a música local é comparada a uma “horrenda e enfadonha tempestade” e as danças africanas consistem em “movimentos desordenados, convulsos e extremamente nervosos”. Tais comentários, no entanto são amenizados por descrições saborosas.

Muito atraiu minha atenção uma velha, a qual com o neto às costas (não quero adiantar-me a dizer bisneto) e seguro por um pano que ela trazia cingido ao corpo, desde os peitos até lhe cobrir as partes pudendas, dava saltos como se estivesse desembaraçada daquela carga e estivesse na flor da idade. O neto, que teria um ano, acompanhava a folia com riso, único mas verdadeiro sinal de alegria que a natureza concede aos homens nesta tenra idade<sup>31</sup>.

A indumentária e os adereços também ocupam espaço em seu curto relato.

Os cafres traziam raspada a cabeça à maneira dos monges beneditinos, e pelo longo das orelhas três a quatro furos, que sustentam outras tantas argolas de latão, e no meio do beicho superior outro semelhante buraco, de onde pendia uma argola, ou alfinete de estanho ou de latão, do comprimento de 3 para 4 polegadas com diferentes figuras na cabeça<sup>32</sup>.

Pode-se atribuir o interesse etnográfico de Almeida, e mesmo o explícito relativismo cultural, à formação iluminista que recebera. No

<sup>31</sup> Almeida, p. 11.

<sup>32</sup> Almeida, p.6.

entanto, isto não era nenhuma garantia. Galvão e Silva, pode servir-lhe de contraponto, pois, apesar de naturalista oriundo da Coimbra reformada, não demonstra nenhuma predisposição a qualquer contacto com os africanos. Fez questão de frisar que preferia dormir ao relento, “querendo antes sofrer uma noite de rigoroso frio exposto ao sereno, do que as importunações dos cafres de uma povoação vizinha”. A má vontade e o verbo importunar regem os relatos de seus encontros com os africanos.

Logo adiante uma légua apareceram Manamucates que fizeram com que os meus cafres pusessem as cargas no chão, e esperassem pelo Mambo, Príncipe daquele lugar, que pretendia falar-me; enfim depois de mais uma hora de espera, apareceu o negro acompanhado de sua comitiva, e em seguimento de uma longa prática, concluiu pedindo de vestir; foi preciso ceder à sua importunação, e quando imaginava poder seguir a minha viagem, vi-me novamente importunado por ele para ir passar o resto do dia, e aquela noite na sua povoação, onde dizia ele queria mostrar-me o seu bom coração<sup>33</sup>.

Da estada na aldeia praticamente nada sabemos pois ele simplesmente se cala. Galvão e Silva não estava em território sob jurisdição portuguesa, e, portanto, submetido a pagar direitos de passagem aos senhores locais. Todavia, ele não se apercebe ou não quer perceber que os pagamentos em fatos (tecidos) que lhe eram exigidos tratavam-se de tributos, nos quais apenas enxergava abuso, exploração ou importunação.

Mais ácido em seus comentários é Pinto de Miranda. Em seu longo relato, ele dedica uma seção recheada de críticas a cada um dos personagens da cena moçambicana: dos naturais da terra aos europeus. O seu texto não é um relato de viagem mas uma Memória, que se propõe a abordar Moçambique de maneira sistemática. Assim, quase não há

<sup>33</sup> Silva, *Viagem a Manica*, p.324. ‘Pedindo de vestir’ tem o sentido de cobrança de tributo na forma de tecidos indianos, como era costume estabelecido na região.

espaço para o simplesmente descritivo, uma vez que o autor busca um efeito moral e operacional: a civilização da colónia. O resultado é uma espécie de etnografia às avessas, na qual a caracterização da barbárie se faz pela anotação judiciosa das diferenças. Pinto de Miranda não se apega a nenhum grande princípio para a desqualificação do outro mas à sua cor, língua, morada, vestuário, bens, práticas matrimoniais e sexuais e religião, comparados aos costumes de um ‘nos’ oculto, à partir do qual ele fala, mas que foi elidido. Todavia, esse ‘nós’ oculto é apenas uma idealização, pois aqueles que deveriam funcionar como parâmetro de civilização, acabam adotando os ‘animalescos costumes’ dos nativos.

Os “patrícios ou filhos da terra, são os filhos de alguns portugueses, e naturais de Goa, feitos em negras. São a maior parte da cor dos caboclos do Brasil”<sup>34</sup>. Para Miranda, são figuras ambivalentes entre a cultura africana e a portuguesa, o que o leva a qualificá-los de “piores do que os naturais”.

Quanto aos goeses, Pinto de Miranda inicia descrevendo o que ele considerava indianos ‘autênticos’: agricultores que se vestiam com um “pedaço de pano muito grosseiro” e cuja alimentação consistia “num pouco de arroz cozido em água e sal”. No entanto, em Moçambique, eles se transfiguravam em ricos usurários. “A sua costumada canja (que é o arroz de que já falei) lhe causa tédio. O chocolate, café e chá, fastio; só os paios e presuntos são dos seus paladares os acepipes”. O que o incomodava era a riqueza desses indianos que “aparecem no teatro do mundo como uns apotentados cavaleiros e fidalgos” que “opor-se não duvidam aos europeus”. Riqueza que os levava a perderem a noção do ‘lugar’ que lhes cabia na escala social. Deveria, portanto, ser feita a “extinção geral” dos indianos de Moçambique.

<sup>34</sup>Miranda, p. 250.

Pinto de Miranda foi ainda mais implacável com os africanos: “os nacionais da terra mais se lhes podem chamar de feras do que homens”. Os africanos são qualificados bárbaros porque “o seu usual vestido pela maior parte é de peles de animais”, e não as roupas européias, seria preciso acrescentar. “Comem as coisas mais podres e imundas”, diferentemente de nós, que não comemos essas coisas. “Vivem em umas choupanas de caniço piramidais”. As mulheres “se facilitam com homens, espontaneamente”. Eles são animais, porque, contrariando os ‘nossos’ costumes “comem bebem e luxuriam a toda hora e com demasia”. Resumindo, eles não se vestem, nem comem, nem moram, nem possuem os mesmos bens, nem respeitam as mesmas regras matrimoniais, nem praticam sexo da mesma maneira, nem se alimentam às mesmas horas, nem têm a mesma religião do que ‘nós’, portugueses ou luso-brasileiros civilizados. Portanto, não merecem ser considerados como homens e sim como animais. Não importa que eles tenham sido batizados, pois aqueles que são cristianizados “sabem a doutrina cristã, mas ignoram a sua explicação, e os preceitos que devem observar”. Inépcia religiosa que não se confina ao cristianismo. “Alguns deles seguem o deleitável alcorão, mas observam dele as cláusulas, e preceito que lhes parecem”. Em suma, “eles não observam lei, nem a tem”<sup>35</sup>.

Muito diferente é a posição de Lacerda e Almeida, para quem a barbárie não está no nativo mas no colono que adota os seus costumes.

Atrevo-me a asseverar que os portugueses nesta colónia são mais bárbaros do que os cafres, porque estes obedecem às ordens do seu soberano com uma pontualidade capaz de servir de exemplo, e não se pode chamar bárbara uma nação que por falta de conhecimentos comete alguns erros, que são bárbaros entre nações civilizadas, mas

<sup>35</sup> Miranda, pp.248-9. É interessante notar esses autores setecentistas já se moviam ao tempo do relógio.

não entre eles, porque o fazem segundo os seus usos, costumes, leis e inteligência<sup>36</sup>.

O relativismo cultural defendido por Lacerda e Almeida é, como salta à vista, muito relativo. Padece dos mesmos limites da tradição relativista francesa, de Montaigne a Rousseau, na qual ele se inspira<sup>36 37</sup>. Todavia, considerando a maior parte dos relatos contemporâneos, é ainda um relativismo. Veja-se, porém, que o objeto da fala desse viajante não é o nativo, mas o colono luso-africano, reproduzindo um dos sintomas mais freqüentes em todos esses discursos. As referências à barbárie nativa desembocam ou são provocadas pela barbárie do colono. O colono é bárbaro porque, como qualquer africano, consulta feiticeiros, os *gangas*, antes de tomar decisões. Se “fosse nascido e educado entre os cafres, não me admiraria que tivesse bebido dessa doutrina”. No entanto, os adeptos da feitiçaria são europeus “de castão de ouro lavrado e banda à cinta”<sup>38</sup>.

Correia relata certo episódio em que o subalterno de um traficante de escravos pergunta-lhe o que fazer com uma escrava doente, que não conseguia acompanhar os demais. “Atira-lhe: foi a resposta deste monstro” e ordenou ainda que lhe cortassem o braço para não perder a *malunga* (a algema com que os escravos eram presos à corrente), o que foi feito com alguma relutância pelo subalterno. O responsável por tais atos não era alguém “apartado das sociedades honestas” mas um “oficial militar, nascido na Europa”. “Por este fato, se pode coligir o Espírito de cristianismo, que reina neste péssimo continente”<sup>39</sup>.

<sup>36</sup> Almeida, p.22.

<sup>37</sup> Para esses limites ver Todorov, Tzvetan, *As morais da história*, Lisboa, Europa-América, s.d.

<sup>38</sup> Almeida, p.21.

<sup>39</sup> Correia, pp.96-7.

O discurso explícito e constante nos relatos de todos esses brasileiros é o de uma África corruptora. O clima e o contacto com a barbárie nativa consumiam os homens, diga-se civilizados, e seus corações cristãos, transformando-os também em bárbaros e gentios. Todavia, muitas vezes sem se aperceber, o que eles nos mostram é uma África consumida e pervertida neste contacto muito peculiar entre duas civilizações: o tráfico de escravos. A estada na África os fez conhecer a face africana do cativo, inclusive os diversos estatutos de dependência em que viviam as pessoas, os quais, por conveniência, eram traduzidos por escravidão pelos europeus.

O escravismo se insere na perversão dos institutos legais africanos pelo contacto com os europeus. Para se entender o processo de escravização em Moçambique, é preciso ter em conta o que era o *milando*. Tratava-se de um julgamento por alguma ofensa, crime ou por dívidas, conduzido por um potentado local, africano ou luso-africano<sup>40</sup>. Em caso de condenação, o réu ficava sujeito a penas pecuniárias expressas em tecido, que era a moeda corrente em Moçambique. Caso não pudesse satisfazê-la, o pagamento era feito com o próprio corpo, tomando-se ‘cativo’. Também acabam na mesma situação aqueles que não conseguiam pagar os tributos anuais a seus senhores. À medida em que o cativo dos africanos tornava-se o grande negócio, o *milando* desvirtuou-se com o objetivo de produzir escravos para o tráfico oriental e, depois, americano.

Galvão e Silva foi quem mais se incomodou pessoalmente com esta instituição. Era essencialmente um desastrado que, na sua ânsia de

<sup>40</sup> No golfo da Guiné estava em vigor um sistema semelhante. No entanto, nos regimes teocráticos da região, prevalecia a idéia de pecado e não a de delito, como mais ao sul. Aqueles que, por qualquer bagatela, ofendiam os santuários eram privados da liberdade. Os célebres santuários aros, dos Ibos, foram responsáveis por um constante fluxo de escravos para a América. Ver Davidson, Basil, *Mãe negra: África: os anos de provação*, Lisboa, Sá da Costa, pp.263-4.



### 3. Bibliografia

- Albuquerque, Luís de - *Dicionário de História dos Descobrimentos*, 2 vols., Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994.
- Bethencourt, Francisco - *Os equilíbrios sociais do poder*, in “História de Portugal”, dir. José Matoso, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 149-193
- Coelho, M. Helena da Cruz, e Santos, M. José Azevedo - *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- Costa, J. Almeida e Melo, A. Sampaio - *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Porto, Porto Editora, 1984.
- Figueiredo, Cândido de - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 25ª ed., 4 vols., Bertrand Editora, 1996.
- Godinho, Vitorino Magalhães - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1983.
- Lello Universal, 2 vols., Porto, Lello e Irmão, 1986.
- Machado, J. Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- Marques, A: H. de Oliveira, - *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*, 5ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1987.
- Mauro, Frédéric - *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*, 2 vol., Lisboa, Imprensa Universitária/Editorial Estampa, 1989.
- Mello, José António Gonçalves de - *Engenho de Açúcar*, in “Dicionário de História de Portugal”, dir. Joel Serrão, 2 vol., Porto, Livr. Figueirinhas, 1985, p. 383-385.
- Oliveira, Fernando de - *O vestuário Feminino dos Séculos XV e XVI*, in “Oceanos”, 21, (Jan./Mar.), 1995, p. 128-142.
- Quintas, Amaro - *Mem de Sá*, in “Dicionário de História de Portugal”, dir. Joel Serrão, 5 vol., Porto, Livr. Figueirinhas, 1985, p. 398-399.
- Silva, M. Beatriz Nizza da - *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1984.
- Silva, Morais - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., 11 vols., Lisboa, 1949-1958.
- Torres, Ruy d’Abreu - *Açúcar*, in “Dicionário de História de Portugal”, dir. Joel Serrão, 1 vol., Porto, Livr. Figueirinhas, 1985, p. 24-26.
- Vilela, Magno - *Uma questão de igualdade ... António Vieira e a escravidão negra na Bahia*, in “Oceanos”, 30/31, (Abr./ Set.), 1997, p. 37-52.

Paula Cristina Viana França / Ilídio Manuel Barbosa Pereira

Viterbo, J. Santa Rosa - *Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram*, Lisboa, 1799.

**Brasil 1500-1600**  
**Dos “descaminhos” da Coroa à “desforra” dos colonos**

AURÉLIO DE OLIVEIRA  
**Universidade do Porto**

*“Nam tenha V. A em tam pouco estas terras do Brasil em especyal esta Nova Lusytania (Pernambuco - a mais próspera e mais importante das Capitánias) como mostra ter em pouco, pois nam provê nem me responde ás cartas e avysos que á tres anos e que por tres e quatro vyas lhe tenho escripto mostra que tem, pois a yso nam aqude, nem menos me tenha em tão pouco e em tam pouca estyma, que haja por mal empregado em dar credito ao que lhe digo e escrepvo pera bem de seu serviço e responder me pera que eu sayba sua emtençam e procure das cousas yrem como andyr”. (Duarte Coelho. Carta para D. João III. 1548)<sup>1</sup>.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Direcção e Coordenação de Carlos Malheiro Dias, Porto, 1924. III. 316.

Ajeito de uma visão de síntese e sem grandes preocupações de trazer novidades<sup>2</sup> faremos aqui algumas considerações a partir de alguns textos menos conhecidos e divulgados que aqueles que habitualmente e mais correntemente constituem pontos de referência sempre obrigatórios e sempre compulsados<sup>3</sup>.

Mais do que trazer dados novos ensaiaremos preferentemente uma reflexão em comum sobre alguns deles, (relativos ao Século XVI e princípios do XVII), em ordem a captar algumas linhas de força relativamente e aos interesses ou “desinteresses” metropolitanos durante aquele período, no que respeita à realidade atlântica brasileira.

Tendo presente aqueles, utilizaremos para o nosso comentário outros textos porventura menos utilizados e conhecidos<sup>4</sup>. São relatos relativamente próximos mas importantes não só pela complementaridade mas também pelo contraponto que, efectivamente, permitem estabelecer com ideias mais correntes e habituais.

A Integração geográfica e económica do Brasil (conceito de um processo dinâmico e cumulativo com que preferimos encarar o fenómeno dos Descobrimentos portugueses), acelera-se, sobretudo, com a implantação do Governo Geral a meados do Século. Foi seu grande responsável Tomé de Sousa.

<sup>2</sup> Palestra proferida em Braga, em Abril de 1991, para os professores de História, no âmbito dos Programas de acção da Comissão dos Descobrimentos / Ministério da Educação. Objectivo essencial: repensar textos e questões.

<sup>3</sup> Como pode ser o caso de Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim, Fr. Vicente Salvador e sobretudo, Pero de Magalhães Gândavo.

<sup>4</sup> O Inquérito de Domingos de Abreu e Brito *{Um Inquérito à vida administrativa e económica de Angola e do Brasil}*. Edição Alfredo de Albuquerque Felner Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1931). A *Viagem Pyrard de Laval contendo a sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Madeira, Malaca e Brasil* (Edição Civilização, Porto, 1944) e finalmente: *A Razão do Estado do Brasil* (Ms da Biblioteca Pública Municipal do Porto que temos em preparação para publicação).

O Regime das capitanias do Mar (até 1536) e mesmos depois das Donatarias teve essencialmente a ver com a protecção das rotas e, com a última solução, com a posse da terra, mas por parte dos particulares mais do que numa aposta de desenvolvimento para a Coroa com o objectivo de ai ir buscar e de fomentar, a partir desse complexo, recursos financeiros para a mesma. Ainda que entre os motivos confessos e as realidades haja por vezes diferenças importantes, confessa o Monarca, ainda em 1548, que outra cousa o não movia para a instituição do Governo Geral que a cristianização dos gentios: “Porque a principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi pera que as gentes delas se convertesse a nosa santa fee católica”<sup>5</sup>. Por isso, nessas primeiras fases (importantes sem dúvida) as iniciativas o envolvimento e o entusiasmo com as novas terras, foi obra sobretudo de particulares e colonos deixados, por isso, quase sistematicamente sem o necessário apoio material e financeiro da mesma Coroa. (Fica desde já aqui o primeiro ponto para discussão). Uma Coroa, aliás, a breve trecho com míngua de recursos face às as enredadas e acumuladas dificuldades financeiras da Década de Quarenta de que resultaria a bancarrota e o fecho da Casa de Portugal em Antuérpia em 1549. (Exactamente na mesma altura em que, finalmente, pretendia meter mãos na magna empresa do Brasil).

Ora, essa responsabilização directa e de certo modo desamparada dos colonos por onde o Brasil começou efectivamente a existir, deu a estes também uma margem de manobra num espírito do “safe-se quem puder” que a médio e a longo prazo seria pernicioso para a Coroa em termos económicos e financeiros directos, mas altamente vantajoso e lucrativo para esses mesmos colonos agindo, quase sempre, depois, à margem da política e estratégias da Coroa. É certo que alguns

<sup>5</sup> *História da Colonização*, cit. III. 347.

sucumbiriam esmagados pelos encargos e dificuldades da primeira e grande tentativa de instalação do Homem branco nos Trópicos) mas a breve trecho e para os que sobreviveram, tais procedimentos volver-se-iam, num factor de sucesso e ultrapassadas as primeiras dificuldades para a generalidade da população branca aí instalada. A uma estratégia sempre e essencialmente mercantil por parte da Coroa, foi passando despercebida (ou esquecida) uma estratégia de Colonização e de ocupação de territórios que alguns desde meados do Século XVI vinham, aliás, preconizando para o próprio Complexo ou Eixo do Índico que continuou focalizando todas as principais atenções. Daí nasceria, até, o projecto de uma Nova Espanha em África em torno da ocupação do interior do Continente Africano e das suas zonas mineiras, voltadas ao índico. Diogo do Couto chegou a advogar essa solução (ou lhe daria ele voz nas páginas d' *O Soldado Prático*<sup>6</sup>. É interessante notar porém que, mesmo aqui, em íntima conexão com a expressão marítima Oriental, no “eixo” do Índico.

Não obstante o toque de bom senso manifestado pelo Monarca com o abandono de algumas praças de África (que serviam apenas para perda de homens e de recursos) as índias Orientais continuaram a canalizar toda a atenção mesmo em altura em que se faziam já sentir preocupantes sinais de instabilidade e de desagregação.

Por virtude e por força dessa determinante, essencialmente mercantil, o aparecimento de outras soluções não resultaria. Por isso, o próprio Diogo do Couto acabaria, também ele, por advogar a continuação da expressão mercantil do Oriente<sup>7</sup>. Assim, essas possíveis soluções e alternativas como as expressões territoriais a que respeitavam, corriam, de facto, quase abandonadas, deixadas à sorte e à ventura dos mais audaciosos ou ambiciosos. Na verdade e na realidade quase sempre à margem da Coroa ainda que com seu conhecimento. Assim aconteceria

<sup>6</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, Sá da Costa, Lisboa, 1937, 225 e segs.

<sup>7</sup> *Idem*, 240 e segs.

quanto à alternativa africana de urna “Nova Espanha” em África (“que se fora dos reis de Espanha já houvera de estar descoberta, e concretizada”<sup>8</sup> como em relação ao Brasil e aos Donatários, como - na outra costa do Continente africano - com a “construção” de Paulo Dias de Novais.

A quando da atribuição da Donataria de Angola a este último, em 1571, o Monarca denuncia toda urna política em tudo paralela ao que se praticara ou praticava no Brasil: São bem claras e explícitas as suas concessões. “*Sem da minha Real fazenda lhe haver de ser dado ajuda alguma de dinheiro nem de outras cousas*”<sup>9</sup>. Diria Duarte Coelho, por seu turno, em relação aos encargos e dificuldades que a ocupação do território brasileiro - que o Monarca “generosamente distribuíra: “*somos obrigados a conquistá-las por polegadas as terras de que V Magestade nos fez mercê por legoas sem qualquer outra ajuda que não seja do esforço próprio e de fazenda própria*”<sup>10</sup>.

Os primeiros interesses do Brasil correm por esses parâmetros como se pode avaliar também pelos encargos e imposições consignadas ao primeiro e aventureiro arrendatário do Brasil o primeiro, de facto, a apostar numa estratégia diferenciada no contexto da política global da Coroa inebriada com a recente chegada ao paraíso das especiarias, abrindo novos eixos de interesse e fixação. Sem quaisquer apoios da Coroa ficaria, ao invés, com onerosos encargos que preferentemente deveriam decorrer de uma política e estratégia Governamental: todos os anos equiparia por si seis navios com o objectivo de fazer a exploração do Continente em pelo menos trezentas léguas de costas, implantando fortalezas e a mantê-las como aos territórios “incorporados” para a Coroa,

<sup>8</sup> *Idem*, 226: “não sei como se não põe os ombros a cousa tamanha e tão necessária; se isso fora dos reis d’Espanha, já houvera de estar tudo descoberto e senhareado”.

<sup>9</sup> Brito, *Um Inquérito*. V

<sup>10</sup> Roberto C. Simonsen, *História Económica do Brasil. (1500/1820)*, S. Paulo, 1958, p. 86.

a expensas próprias, durante o tempo do seu arrendamento. E os posteriores seguiriam as mesmas normas e princípios. Não era estratégia nova, mas denunciava atitudes e opções bem diferenciadas. O esquema manter-se-ia com o regime das Donatarias. Dada, por então, a ausência das riquezas que fizeram, em tempos, de Fernão Gomes o homem mais rico e poderoso do reino, a generalidade sobretudo dos donatários ver-se-ia enredada em insucessos acumulados e sucessivos.

Submerso por dificuldades suplicava Duarte Coelho ao rei em 1542 isenção de sisa para certo número de “peças” que pretendia importar para defesa e protecção das terras de Sua Alteza. Negativo! Que não lho podia acordar enquanto não expirasse o prazo do contrato pelo qual arrematara a arrecadação do imposto!<sup>11</sup> (a ele que acabaria por ser o mais favorecido de todos os Donatários!). Em 1542 queixa-se dos grandes gastos e do seu endividamento “por não poder sofrer tanta gente de Soldo” e Sua Alteza lhe não ter dado ainda acesso aos escravos de Guiné! Tão grandes encargos “como ate aquy soffry com o que estou muito gastado e yndividado”<sup>12</sup>.

Aos mais atentos o Brasil mais parecia terra de despejo de criminosos e degredados do que terras de efectiva colonização e fonte de recursos para a Coroa. Daqui adviriam directas dificuldades para o comércio da Coroa, para a estratégia e a acção dos donatários e para o relacionamento com as populações, criando graves e seriíssimas dificuldades no relacionamento com os autóctones: “Crea V. A que são pyores qua na terra que peste polio quali peço a V. A. que pollo amor de Deus tall peçonha me qua não mande mais” - suplicava Duarte Coelho.

Ora, foi em parte devido a esse “abandono” e “desleixo” da Coroa pela fixação e ocupação de territórios (que socorresse e apoiasse com recursos e gente de guerra e outro tipo de gente, a acção destes Donatários

<sup>11</sup> *História da Colonização, cit.* . III. 181.

<sup>12</sup> *Idem*, III, 314. Carta de 27 de Abril de 1542.



(como, aliás, muito bem frisou Abreu e Brito, relativamente também a Paulo Dias de Novais para Angola) que o sucesso da primeira fixação em terras brasileiras chegou seriamente a perigar a meados do Século. Directas responsabilidades caberão também aqui à ao Monarca pelas facilidades concedidas a estrangeiros após o primeiro arrendamento feito com Fernão de Loronha. Para além da concorrência directa, logo movida, também esta promiscuidade comercial em relação ao Brasil deve ser de tomar em conta no avolumar das enormes dificuldades que dentro de pouco surgiriam e que atrapalhariam, sobremodo, o Reinado de D. João III quando, de facto, começa a ser mais visível uma estratégia em relação ao Brasil. Mas a mudança não foi nem tão rápida nem tão radical como pediriam as circunstâncias a avaliar pelos avisos e queixas dos mais conscienciosos dos colonizadores e Donatários.

A ausência de uma política de colonização (efectivamente quase invisível com D. Manuel), o insucesso e as dificuldades do sistema eram a causa principal, sem dúvida. Divórcio entre os interesses da Coroa e os interesses dos Colonos. A falta de dados documentais seguros sobre esse primeiro período sublinhará também, por seu turno, este desinteresse durante todo o Reinado do Venturoso: "São tão escassos os documentos sobre a acção dos portugueses no Brasil durante o primeiro quartel do século XVI, que poucas datas e factos seguros se podem registar"<sup>13</sup>. Eis o que transmite Duarte Coelho para o Monarca em 1550 "desatento" ao apoio que era necessário dar a esta população: "afyrmo a V. A. que se por mym nam fora se queryam muytos yr da terra"<sup>14</sup>. As dificuldades cumular-se-iam rapidamente pela magnitude dos encargos de tão grosso empreendimento como pelo desapoio ou desinteresse da Coroa.

À altura da implantação do Governo Geral a população branca - que nos tempos anteriores teria ultrapassado já os dois mil colonos reduzia-

<sup>13</sup> Jaime Cortesão, *A Colonização do Brasil*, Lisboa, 1969, pp. 39-40.

<sup>14</sup> *História da Colonização*, III, p. 321.

-se, desertificando-se mesmo alguns lugares que primitivamente se haviam revelado de promissores para a rápida e fácil implantação de colonos. Decresceu também o número de engenhos a avaliar pelas informações recolhidas durante a década de cinquenta: 23 engenhos, quando esse número se registava já por 1545 a que acresciam outros em construção em torno de três importantes núcleos: S. Vicente, Espírito Santo e Pernambuco. A confissão de Pêro de Gois em 1546 é, por demais, elucidativo: Se Sua Alteza não acode vão as coisas de tal maneira “que em menos de dois anos se perderá todo o Brasil”<sup>15</sup>. Queixas do mesmo teor se ouvem, ainda, em Fr. Vicente de Salvador, o qual inculpa, mais uma vez, o desleixo e incúria dos Monarcas “*pelo pouco caso que hão feito deste tão grande Estado, que nem o título quizeram delle*”. Idêntico testemunho na Apologia do Brasil de Brandão: “muito maior coisa poderia ser o Brasil “*se Sua Majestade e os de seu Conselho quizeram pôr os olhos nelle*”.

Era o impasse da colonização, carente daquele conjunto de medidas e de efectiva protecção que só emergiriam como política “oficial” com Tomé de Sousa” que representa, sem dúvida, uma nova estratégia e um novo interesse. Diga-se agora, na verdade, que para além do confesso interesse da Cristianização se vê com clareza que há um efectivo esquema de aproveitamento dos recursos da terra ao delinear, no Regimento dado ao Governador Geral, uma administração económica bem precisa. A imposição e a necessidade de implantação das alfândegas reais em todas as Capitanias é aviso que surge apenas agora: “Em cada húa das ditas capitánias ordenareis que aja casas para alfandegua e contos e livros pera o negoceo das ditas casas”<sup>16</sup>.

Daí adviria o impulso com directa protecção aos povoados com a construção de defesas e de fortificações em torno de dezasseis dos mais

<sup>15</sup> *Idem*, III, 263. Carta de 29.4.1546.

<sup>16</sup> *Idem*, III, 351.

120 palmos de comprimento e 14 de boca, assemelhevam-se aos iates do continente europeu. Completamente cobertas, dispunham de câmaras decentes, onde se penduravam, com comodidade, as redes. No aposento principal havia «cama e tamboretas», informa o bispo Queirós. Da nave de Fr. Caetano, sabemos que era grande e pouco governável, na primeira viagem.

A expedição contava então 50 pessoas, número aparentemente elevado, mas que não o era, pois compreendia dois sacerdotes, dois familiares, os criados indispensáveis, ou seja, o círculo do prelado, os índios tripulantes, e alguns soldados, a quem incumbia defender a frota de um eventual ataque do gentio. Para se ter uma ideia da exiguidade do séquito propriamente dito, lembre-se que D. Fr. João Queirós viajou acompanhado do mestre de cerimónias, do escrivão, do meirinho, do cirurgião, do criado e do barbeiro, entre outros.

Na longa peregrinação final, pareceu necessário recompor a fisionomia da comitiva. Com o bispo seguiu, como habitualmente, o cônego secretário Manuel Ramos de Sá, outro sacerdote para ajudar nas confissões, um familiar, um cirurgião e o mordomo, além dos remeiros e três soldados que dirigiam as embarcações como cabos, num total de 70. Quer dizer, o grupo respondia melhor às conveniências verificadas nos giros precedentes, durante as quais jamais sofrera qualquer ataque por parte dos índios, abundando, todavia, a doença, os incómodos e a extensão da labuta pastoral.

Em ocasiões várias, as moléstias afectaram, com dureza, a expedição. Grave foi o estado do prelado e de muitos dos seus. Por exemplo, o criado mulato António e dois índios morreram, o padre Francisco José de Moraes esteve em perigo na primeira visita. Os estragos foram tais que, depois de interrompida a expedição, a família episcopal ficou cerca de dois meses em Cameté a recuperar e a evangelizar esse agregado, com 6.000 habitantes. Aqui, só 15 dias passados começou o bispo a sentir algum alívio. E, no curso da viagem, houve que recorrer à prática curandeira de um sacerdote e de um leigo. Demais, no Tapajós, coube ao padre Ramos de Sá visitar Pinhel, pois o prelado carecia de forças para o fazer. Durante a estadia em Marajó, D. Fr. Caetano adoeceu e se quis ver a fazenda do hospital dos pobres, viu-se obrigado a utilizar uma rede, já o dissemos, enquanto os demais seguiam a cavalo. Curiosamente, no terminus da quarta visita, imensa e trabalhosíssima, entrou em Belém «mais são e vigoroso do que tinha saído», são palavras suas<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Este Apêndice, com diferente ordem e ligeiras alterações do texto, segue algumas das páginas

Fr. Caetano impressionou de tal sorte a rainha, informada pelo secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, que foi apresentado arcebispo de Braga e primaz das Espanhas à morte de D. Gaspar de Bragança, em 1789.

Ao transferir-se de Belém do Pará para Braga, cuja mitra acabava de pertencer a dois príncipes de sangue real, D. José (1741-1756) e D. Gaspar de Bragança (1758-1789), e antes fora quase sempre de aristocráticos doutores, D. Fr. Caetano continuou fiel ao seu estilo e aos seus propósitos de pobreza e extremado afã evangelizador, começando por dispensar honrarias de uso tributadas aos prelados bracarenses quando da sua entrada na diocese. E se a outorga do arcebispado a alguém só distinto pelos méritos pastorais, mas «ordinário» pelos estudos e condição, causou escândalo nas élites bracarenses, estranheza provocou o séquito de «esposado de aldeia» que o acompanhou e a circunstância, esta pela positiva, de logo em Famalicão e depois na Sé Primaz dirigir uma prédica aos fiéis. Há séculos que os povos não ouviam os seus prelados, diz um contemporâneo.

Uma vez instalado em Braga (1790), varreu o fausto pação e a «familiarquia» - o vocábulo é do tempo - que cercava D. Gaspar, visitou, sem olhar a gradações hierárquicas, altos clérigos e obscuros seminaristas, nobres e doentes. Trouxe para junto de si os deserdados e as crianças carecidas de educação. Continuou a trajar como frade, deu-se intensamente à caridade. Quando das suas frequentes visitas à diocese, hospedou-se em conventos e paróquias, viveu com religiosos e abades rurais, quis pagar as suas despesas e as do seu séquito.

A chegada de D. Fr. Caetano Brandão a Braga coincidiu com o fim do poder temporal dos arcebispos e de outras prerrogativas caras aos bracarenses, daí resultando o fecho da labuta civil do Tribunal da Relação de Braga. Ora, a par da queda de prestígio judicial, a par das perdas que tal circunstância trouxe ao mundo forense e aos seus utentes, da cidade desapareceu, na mesma altura, a actividade mercantil e artesanal alimentada pelo fausto cortesão, pelo desgoverno do paço, pelo gosto das festividades apanágio da época de D. Gaspar. Por outro lado, os cónegos e os próximos do arcebispo defunto, que antes viviam a seu beiz prazer, encontraram pela frente alguém que não pretendia o poder temporal, nem tolerava faltas e manobras lesivas da ética; alguém que tudo sacrificava à prática da caridade e das causas apostólicas; afinal, um bispo que, tal como no Brasil, decidia e agia segundo o mérito eclesial, desprezando os critérios do mundo.

da “Introdução” ao volume citado, de D. Fr. Caetano Brandão, *Diários das Visitas Pastorais no Pará*, que preparamos e editamos.

Por isso mesmo, ao contrário do que sucedeu no Pará, onde impressionou pelo espírito e pelas obras, em Braga o arcebispo não vê lágrimas nem escuta «gritos» de admiração e estima quando sai em visita pastoral à província, onde foi treze vezes, no espaço de 15 anos, desde o Minho aTrás-os-Montes, viajando muitas vezes a pé, com dois acompanhantes e uma muda com as vestes episcopais e outros pertences.

Na cidade, arranjou, isso sim, inimigos permanentes nos sectores do foro prejudicados pela extinção da Relação cível, na nobreza arredada das funções palatinas, entre os cônegos antes livres e poderosos, entre os mercadores envolvidos em iniciativas arquiépiscopais lucrativas, entre os bracarenses ciosos dos privilégios diocesanos que acicavam os povos macerados pela carestia. Grupos influentes deploraram que o prelado não defendesse o Senhorio da mitra, puseram em causa as suas iniciativas a favor da agricultura, da indústria e da medicina, esqueceram a sua obra em prol dos desfavorecidos e do ensino, desmereceram a simplicidade, a devoção e o apostolado de D. Fr. Caetano, desde a Amazónia singularizado, eximindo-se a ver nele um digno sucessor de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires ou de quantos arcebispos tinham exalçado a dignidade da mitra primaz através das idades.

As simpatias e os apoios de que dispôs no Pará não encontraram paralelo na Corte após a subida ao poder do príncipe D. João e muito menos em Braga. Aqui julgava-se que a influência do arcebispo em Lisboa era pouca e espantou que lograsse a nomeação para chantre do seu directo colaborador e companheiro de toda viagem na Amazónia, cônego Manuel Ramos de Sá, transferido do cabido de Belém para o bracarense, onde este missionário de excepção foi respeitado, mas obscuro. Dizia-se que D. Caetano estava excomungado por ter aceite a extinção do senhorio. Acerca das visitas no Minho e Trás-os-Montes murmurou-se que elas emperravam a burocracia arquiocesana, pois o prelado despachava pessoalmente algures na província, isto apesar de correios rápidos ligarem com frequência a cúria em viagem à sede urbana.

Os de Braga não lhe perdoaram a condição modesta, o trato simples, a perda do Senhorio, a clausura da Relação, na versão civil que não eclesiástica, o termo dos dias felizes protagonizados por D. Gaspar, agravados, ao virar do século, pela miséria e pela fome. Só à morte do grande prelado (1805), se renderam à evidência gerada no Brasil e na arquidiocese primaz de tantos modos enobrecida pela santidade, posto que diminuída pelo seu desmazelo municipal.

Por isso, ao contrário dos bragueses, em vida do arcebispo reticentes ou adversos, os meios ilustrados do país e as gentes do Norte confiadas à sua guarda

prezaram as suas visitas e a sua eloquência, as suas iniciativas e o seu trato, as suas virtudes e as suas obras<sup>29</sup>.

Uma testemunha insuspeita, atreita à crítica clerical que a sua experiência de ex-sacerdote alimentou, José Liberato Freire de Carvalho, em função dos contactos que quando jovem crúzio teve com o arcebispo, di-lo «o homem mais respeitável que tenho conhecido» e sobretudo «um verdadeiro apóstolo». Parlamentar e jornalista relevante, confessa «que nunca ouvira no púlpito homem... mais eloquente e de mais nobre presença». Amiúde cáustico em relação ao clero, Camilo Castelo Branco não hesita em apodá-lo «o mais glorioso vulto des cristandades lusitanas». Encómios grandes abundam, de resto, na historiografia portuguesa em relação ao autor dos *Diários* por causa da obra realizada em Braga e não menos em virtude dos seus trabalhos pastorais no Brasil, entre os quais avultam as suas visitas em terras do Pará.

<sup>29</sup> Cf. Ignacio José Peixoto, *Memórias Particulares*, Braga, 1991. Este texto serve de base às observações que produzimos, nas respectivas “Introdução” e aqui sobre D. Fr. Caetano Brandão, arcebispo de Braga.



## ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

	Págs.
<b>ALMIR PITA FREITAS FILHO</b>	
Empresas têxteis no Rio de Janeiro de capital acionário português : 1880-1913.Uma contribuição ao estudo da história empresarial do Brasil.....	295-327
<b>ANA MARIA DE OLIVEIRA BURMESTER</b>	
Estado e População. O século XVIII em questão.....	113-151
<b>ARNO WEHLING</b>	
Matriz cientificista e interpretação histórica: a história do Brasil em Capistrano de Abreu.....	19-42
<b>ARTUR TEODORO DE MATOS</b>	
A importância do Brasil no Império Colonial Português.....	95-111
<b>AURÉLIO DE OLIVEIRA</b>	
Brasil. 1500-1600. Dos “descaminhos” da Coroa à “desforra” dos colonos.....	247-281
<b>JOÃO MARINHO DOS SANTOS</b>	
A integração do Brasil no Império Colonial Português.....	67-94
<b>JORGE FERNANDES ALVES</b>	
Variações sobre o “Brasileiro”. Tensões na emigração e no retorno do Brasil.....	191-222
<b>JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA</b>	
O império da história.....	1-17



	Págs.
<b>JOSÉ MANUEL AZEVEDO E SILVA</b>	
O processo de municipalização na Amazonia.....	345-389
<b>LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS</b>	
Eslavagismo na Amazonia: perspectivas episcopais.....	391 -409
<b>LUÍS FERRAND DE ALMEIDA</b>	
Portugal e o Brasil e o comércio do Rio da Prata (1640-1680).....	283-294
<b>MAGNUS ROBERTO DE MELLO PEREIRA</b>	
Brasileiros a serviço do Império. A África vista por naturais do Brasil, no século XVIII.....	153-190
<b>MANUEL CORREIA DE ANDRADE</b>	
Os descobrimentos portugueses: Brasil e África.....	43-66
<b>MARIA AMÉLIA ASSIS ALVES CRIVELANTE</b>	
Família escrava em Mato Grosso nos melhores engenhos Cuyabanos. Chapada dos Guimarães-1798-1820 (Inves- tidação em curso).....	329-343
<b>PAULA CRISTINA VIEIRA FRANÇA / ÍLIDIO MANUEL BARBOSA PEREIRA</b>	
Um livro do Brasil no arquivo histórico municipal de Coimbra: engenho de açucarem Sergipe (1574-1578).....	223-246

## ÍNDICE DAS MATÉRIAS

	Págs.
<i>O império da historia</i> , por José Jobson de Andrade Arruda.....	1-17
<i>Matriz cientificista e interpretação histórica: a historia do Brasil em Capistrano de Abreu</i> , por Arno Wehling.....	19-42
<i>Os descobrimentos portugueses: Brasil e Africa</i> , por Manuel Correia de Andrade.....	43-66
<i>A integração do Brasil no Império Colonial Português</i> , por João Marinho dos Santos.....	67-94
<i>A importância do Brasil no Império Colonial Português</i> , por Artur Teodoro de Matos.....	95-111
<i>Estado e População. O século XVIII em questão</i> , por Ana Maria de Oliveira Burmester.....	113-151
<i>Brasileiros a serviço do Império. A Africa vista por naturais do Brasil, no século XVIII</i> , por Magnus Roberto de Mello Pereira.	153-190
<i>Variações sobre o “Brasileiro”, Tensões na emigração e no retorno do Brasil</i> , por Jorge Fernandes Alves.....	191-222
<i>Um livro do Brasil no arquivo histórico municipal de Coimbra: engenho de açúcar em Sergipe (1574-1578)</i> , por Paula Cristina Vieira França / Ílidio Manuel Barbosa Pereira.....	223-246
<i>Brasil. 1500-1600. Dos “descaminhos” da Coroa à “desforra” dos colonos</i> , por Aurélio de Oliveira.....	247-281

	Págs.
<i>Portugal e o Brasil e o comércio do Rio da Prata (1640-1680)</i> , por Luís Ferrand de Almeida.....	283-294
<i>Empresas têxteis no Rio de Janeiro de capital acionário português: 1880-1913. Uma contribuição ao estudo da historia empresarial do Brasil</i> , por Almir Pita Freitas Filho.....	295-327
<i>Família escrava em Mato Grosso nos melhores engenhos Cuyabanos. Chapada dos Guimarães-1798-1820 (Investigação em curso)</i> , por Maia Amélia Assis Alves Givelente.....	329-343
<i>O processo de municipalização na Amazónia</i> , por José Manuel Azevedo e Silva.....	345-389
<i>Esclavagismo na Amazónia: perspectivas episcopais</i> , por Luís A. de Oliveira Ramos.....	391-409

